



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**PARECER PRÉVIO Nº 34/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 11418/2015.**

**Apenso:** Processo nº 11062/2014.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Itacoatiara.

**4- Exercício:** 2010.

**5- Responsáveis:** Sr. Donmarques Anveres de Mendonça (Período 01/01/2010 a 04/02/2010, e o Sr. Antônio Peixoto de Oliveira (Período de 05/02/2010 a 31/12/2010), Prefeitos do Município de Itacoatiara e Ordenadores de Despesas, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Informação nº 188/2016 (fls. 2823/2824).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2212/2016-DMP-MPC-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 2825/2842).

**8- Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**Ementa:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itacoatiara. Exercício de 2010.

*Emissão de Parecer Prévio. Aprovação com Ressalvas das Contas do Sr. Donmarques Anveres de Mendonça. Desaprovação das Contas do Sr. Antônio Peixoto de Oliveira.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE** Parecer Prévio, recomendando ao Poder Legislativo Municipal de Itacoatiara:

**a) APROVAÇÃO COM RESSALVAS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS** da Prefeitura Municipal de Itacoatiara no período de **01.01 a 04.02** do exercício de 2010, de responsabilidade do Senhor **Donmarques Anveres de Mendonça** – Prefeito Municipal, com fundamento no art. 127, da CE/89, e art. 18, I, da LC 06/91 c/c os arts. 1º, I, e art. 23 e 29, da Lei 2.423/96, e art. 3º, I, da Resolução TCE 09/97;

**b) DESAPROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS** da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, de **05.02 a 31.12** do exercício de 2010, de responsabilidade

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,  
Edição nº \_\_\_\_\_  
De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃO

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**PARECER PRÉVIO Nº 34/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

do Senhor **Antônio Peixoto de Oliveira** – Prefeito Municipal, com fundamento no art. 127, da CE/89, e art. 18, I, da LC 06/91 c/c os arts. 1º, I, e art. 29, da Lei 2.423/96, e art. 3º, III, da Resolução TCE 09/97;

**10- Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 14 de Junho de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Relator

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro-Convocado

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador-Geral, em substituição



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 34/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 34/2016 -TCE – Tribunal Pleno)**

**1-Processo TCE nº 11418/2015.**

**Apenso:** Processo nº 11062/2014.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Itacoatiara.

**4- Exercício:** 2010.

**5- Responsáveis:** Sr. Donmarques Anveres de Mendonça (Período 01/01/2010 a 04/02/2010, e o Sr. Antônio Peixoto de Oliveira (Período de 05/02/2010 a 31/12/2010), Prefeitos do Município de Itacoatiara e Ordenadores de Despesas, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Informação nº 188/2016 (fls. 2823/2824).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2212/2016-DMP-MPC-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 2825/2842).

**8- Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**Ementa:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itacoatiara. Exercício de 2010.

*Contas Regulares com Ressalvas. Contas Irregulares. Multa. Prazo. Recomendação ao Atual Prefeito Municipal de Itacoatiara. Arquivamento. Ciência aos Interessados.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**9.1- Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Itacoatiara no período de **01.01 a 04.02** do exercício de 2010 de responsabilidade do Senhor **Donmarques Anveres de Mendonça** – Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º da Lei 2.423/96;

**9.2- Julgar Irregular** Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, de **05.02 a 31.12** do exercício de 2010, de responsabilidade do Senhor **Antônio Peixoto de Oliveira** – Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96;

**9.3- Aplicar multa** na ordem de **R\$2.192,06** (Dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos) ao Sr. **Donmarques Anveres de Mendonça** com fundamento no art. 308, I, “b” da Resolução n. 04/2002 pelo não encaminhamento de documentos (Restrição 19 do Relatório Conclusivo n. 164/2011);

**9.4- Aplicar multa** na ordem de **R\$2.192,06** (Dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos) ao Sr. **Antônio Peixoto de Oliveira** com fundamento no art. 308, I,



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 34/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 34/2016 -TCE – Tribunal Pleno)**

“b” da Resolução n. 04/2002 pelo não encaminhamento do Plano Plurianual (Restrição 19.i do Relatório Conclusivo n. 164/2011); Não preenchimento de informação no Sistema ACP, atual e-contas (Restrições 19.y, 19.s e 19.x do Relatório Conclusivo n. 164/2011); Não encaminhamento dos atos de admissão de pessoal ocorridos no exercício (Restrição 19.t do Relatório Conclusivo n. 164/2011 e Restrição 2 do Parecer n. 2212/2016); Não encaminhamento dos pareceres jurídicos sobre os procedimentos licitatórios (Restrição 19.y do Relatório Conclusivo n. 164/2011);

**9.5-Aplicar multa** na ordem de **R\$6.576,18** (Seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos) ao Sr. **Antônio Peixoto de Oliveira** com fundamento no art. 308, II do Regimento Interno do TCE/AM, pelo atraso na remessas dos balancetes mensais eletronicamente nos seguintes meses: Fevereiro (110 dias), março (91 dias), abril (71 dias), maio (46 dias), agosto (37 dias) e dezembro (33 dias). (Restrição 19.a do Relatório Conclusivo n. 164/2011);

**9.6- Aplicar multa** na ordem de **R\$4.384,12** (Quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos) ao Sr. **Antônio Peixoto de Oliveira** com fundamento no art. 308, art. 308, V da Resolução n. 04/2002 pelo descumprimento do art. 51 da Lei n. 8.666/93 (Restrição 19.u do Relatório Conclusivo n. 164/2011); Emissão de cheques se cobertura financeira (Restrição 19.w do Relatório Conclusivo n. 164/2011); Fragmentação de despesa para fuga de procedimento licitatório (Restrição 19.z do Relatório Conclusivo n. 164/2011 e Restrição 1 do Parecer n. 2212/2016);

**9.7- Aplicar multa** na ordem de **R\$8.768,25** (Oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos) ao Sr. **Antônio Peixoto de Oliveira** com fundamento no art. 308, art. 308, VI da Resolução n. 04/2002 pelo seguinte: Déficit na execução orçamentária no valor de R\$8.454.636,42 (Restrição 19.c do Relatório Conclusivo n. 164/2011); não recolhimento de IPTU decorrente da má gestão do banco de dados da Prefeitura (Restrição 19.g do Relatório Conclusivo n. 164/2011); Não cumprimento do percentual mínimo com educação (Restrições 19.i do Relatório Conclusivo n. 164/2011); Não cumprimento do percentual mínimo com serviços de saúde (Restrições 19.m do Relatório Conclusivo n. 164/2011);

**9.8- Fixar prazo de 30 (trinta) dias** para os Srs. **Donmarques Anveres de Mendonça** e **Antônio Peixoto de Oliveira** para o recolhimento das multas aos cofres da Fazenda Pública (art. 72, III, alínea “a” da Lei 2.423/96) com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02;

**9.9- Recomendar ao atual Prefeito Municipal do Itacoatiara** que:

**9.9.1-** Observe o correto e completo preenchimento das informações nos Sistemas deste TCE/AM;

**9.9.2-** Observe com mais zelo a Lei de Licitações e Contratos;

**9.9.3-** Observe mais atentamente para o atos de cessão de servidores deste poder;

**9.10-** Após cumprimento das medidas acima, **determinar o registro** e o **arquivamento** destes autos e de seus apensos, nos termos regimentais;

**9.11- Dar ciência** desta decisão ao responsável.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 34/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 34/2016 -TCE – Tribunal Pleno)**

**10- Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 14 de Junho de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Relator

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador-Geral, em substituição